

TRANSBORDAMENTO DO SOCIAL E HEGEMONIA: QUAL O JOGO DA DEMOCRACIA?

JOANILDO A. BURITY*

Num texto já não tão recente, Martin Jay, buscando uma comparação entre a atitude desalentada e reticente da cultura burguesa no final do século passado e a da teoria socialista no final deste século, afirma ser Nietzsche o melhor ponto de partida para entender o humor deste *fin-de-siècle*. Segundo ele, Nietzsche tornou-se uma espécie de "guia" para diversas formas de rejeição de tradições totalizantes em política e no discurso científico, sinais de uma época de "decadência"¹

Acho que não precisamos aceitar o juízo sobre a "decadência" como ponto de partida. E talvez procurar compreender a situação no contexto da crise dos discursos que se constituíram postulando a existência de uma ordem social, de um universo "fechado", transparente, determinante das leis de sua própria fundamentação. Uma crise, no entanto, que não se anuncia com vistas a um triunfal (ainda que custoso) momento de superação, mas como interrupção da lógica evolucionista, teleológica e homogenizadora que nos legou especialmente, mas não exclusivamente, o século dezenove. A lógica do progresso e do desenvolvimento, da modernização e da evolução, imbricadas que estão no nascedouro desta crise, simplesmente sofrem uma paralisia, uma interrupção que define contornos de uma crise sem que lhe aponte um único, ou mesmo qualquer caminho de saída. No contexto desta crise, um outro vocabulário é requerido, em que significantes como "transição", "hegemonia", "articulação", "significantes vazios", "transbordamento do social", "impossibilidade da sociedade" se apresentam como índices de uma outra lógica do social.

Uma implicação a ser assumida aqui, logo de partida, é a dúvida em relação ao ponto de partida. O caráter problemático de toda fundação, no contexto da crise, quer dizer que não há como ancorar, de modo indiscutível e seguro, um discurso sobre/de o social numa origem definida. Não se trata simplesmente de falar que a história é fluxo contínuo e que, portanto, delimitamos operacionalmente um momento de origem, para podermos dizer o social. Mas de que isto, trata-se de assumir o caráter necessário mas radicalmente mítico de qualquer discurso das origens. Resta-nos um contexto, ou antes múltiplos contextos, que negam indefinidamente uma origem pura, cristalina, bem como um fim (finalidade e final) a um discurso dado. Temos, então, que partir de qualquer lugar, de um lugar qualquer, e tecer redes que se perdem e se diluem em outras, se encontram e se distanciam. O potencial de tal artesanato é tão forte quanto seus limites (se pensado interior da lógica que tradicionalmente fundamentou os discursos de transformação ou de conservação do social).

* - O autor é cientista político, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE, e doutorando pela Universidade de Essex, Inglaterra.

Partamos, portanto, do reconhecimento dos limites, da crise. (Poderíamos fazê-lo, é certo, de outros lugares, mas isto já seria outra história, não a que começamos a contar três parágrafos acima). Nossos limites são limites da razão iluminista, dos valores de transformação radical da sociedade, da própria moderna(ista) noção de "vanguarda cultural" que guiou tantos momentos do "desencantamento do mundo" nos últimos séculos, como lista Laclau (1990:3). Mas são também perspectivas, no duplo sentido de possibilidades e de proliferação de falas e práticas particulares, específicas. Não tanto a perspectiva de re-lançar o projeto inacabado da modernidade à maneira de Habermas. Mas tomar tal "crise da razão" como abrindo "oportunidades sem precedentes para uma crítica radical de todas as formas de dominação, como também para a formulação de projetos de libertação até aqui reprimidos pela 'ditadura' nacionalista do Iluminismo" (Idem:4).

Mais: partamos do reconhecimento de que o nosso, o meu discurso se anuncia num domínio dado. No caso, o domínio da ciência/teoria política tal como a aprendeu e praticam certos segmentos de uma geração que se profissionalizou no máximo há vinte e poucos anos, no caso brasileiro (com honrosas exceções anteriores a essa fronteira cronológica). Certamente, o "mesmo" discurso poderia ser construído desde outros lugares, tempos e ritmos, com conclusões semelhantes. Apenas é o caso de que este é o nosso/ meu lugar específico. Então, o domínio da teoria política torna-se, neste caso, o lugar de uma reflexão, de uma intervenção, situada e inapelavelmente "tendenciosa", sobre o estado das artes da nossa crise. Em outras palavras, a crise de que falamos tem a conotação de uma crise da política ou do político. Onde a pertinência de certos desenvolvimentos a seguir.

Começemos por uma pergunta, introdutória, para delinear as fronteiras de nossa investigação...

1. HEGEMONIA: UMA NOVA LÓGICA DO SOCIAL?

Um outro ponto de partida - já no interior do primeiro, bem entendido - sintomático deste percurso que pretendemos fazer, é o que ocorreu com o conceito de hegemonia. A genealogia deste termo, desde sua aparição no interior da social-democracia russa, em fins do século passado, passando por Gramsci e, mais recentemente, por Laclau e Mouffe (juntos ou individualmente), acompanha um movimento sistemático (?) de fusão de horizontes e diluição de fronteiras, característico da cultura e das mudanças políticas neste século. Como já se disse, "os contextos em que o conceito aparece serão aqueles de uma falha (no sentido geológico), de uma fissura que tinha que ser preenchida, de uma contingência que tinha que ser superada" (Laclau e Mouffe, 1989:7)². A prevalência crescente do que se pode chamar - embora ainda por elucidar - de lógica da hegemonia não decorre de falhas de estratégia, de erros de cálculo político decorrentes de uma interpretação apressada da conjuntura. Nem tampouco de pressupostos teóricos mal fundamentados, ou, em termos mais convencionais, de uma teoria insuficientemente revolucionária, que deixa/ou de lado aspectos inaceitáveis de um certo momento inercial do social (tradição, resquícios de pré-modernidade, admissão de atores

atrasados na composição do campo de forças da mudança, etc.). A lógica da hegemonia prevalece na medida em que multiplica-se indefinidamente o espaço da indeterminação, da incerteza, da contingência dos arranjos sociais e políticos simultaneamente a um processo de afirmação, pelos diferentes atores sociais (atores tradicionais, movimentos sociais, cientistas, etc.), de sua capacidade de auto-determinação e consequente reivindicação do direito à diferença e à participação. Nas palavras de Laclau e Mouffe, o conceito "emergirá precisamente num contexto dominado pela fragmentação e pela indeterminação das articulações entre diferentes lutas e posições de sujeito"(Idem:13).

A dificuldade de dar unidade (ou melhor descobri-la subjacente a) a uma situação histórica cada vez mais complexa e plural (localizável já em fins do século passado, em alguns contextos) impôs aos poucos um recorrente deslocamento aos discursos de transformação do social. Neste particular, o campo do marxismo, referenciado como estava no círculo dos discursos de vanguarda da modernidade, aderindo à mesma filosofia da história do iluminismo e de uma certa tradição judaico-cristã, pode ser tomado como um índice bastante significativo. Quanto mais não fora, pela sua importância indiscutível na elaboração e disseminação do discurso socialista.

Considerando-se o máximo de consciência possível da modernidade, o marxismo apresentava-se como "vanguarda cultural e política" do proletariado, e a este último como a classe universal (no esquema hegeliano) a quem caberia a redenção da história de opressões e sofrimento aliada à existência da luta de classe e, historicamente, ao capitalismo. A "aplicação" da concepção científica do socialismo pela qual se bateram os clássicos do marxismo e seus representantes em várias latitudes demandou várias soluções a fim de se "adaptar" à realidade dos países europeus e não-europeus: a ortodoxia (Kautsky, Plekhanov, Lênin), a "ortodoxia aberta"(Labriola, Adler, Bauer) o revisionismo (Bernstein), o sindicalismo revolucionário (Sorel). Para não falar de outros nomes igualmente importantes.

As dificuldades de tais alternativas, no entender de Laclau e Mouffe (1989:47-48), compreendiam três aspectos. Primeiro, a tentativa de circunscrever o *locus* da hegemonia como mero suplemento da determinação estrutural, como aquilo que lhe "escapava"³. Segundo, a incapacidade da consequente formulação dualista (determinação X indeterminação) de fundamentar uma lógica política que não estivesse limitada pelas leis do desenvolvimento material e do sistema de classes que a estas corresponderia (sendo este o lado conservador do historicismo marxista). Terceiro, a incapacidade de se atingir a esperada unidade de classe num contexto de fragmentação econômica, mesmo que para isso contribuisse o papel dirigente e mediador do Partido Político Revolucionário. Atribuído em teoria aos atores sociais, o caráter de classe das lutas sociais esbarrava na dispersão destas últimas, nas resistências dos atores em encontrar sua "verdadeira identidade"(raiz das teorias da falsa consciência), nas "sobrevivências", nos "resquícios"em suma, no "outro", que escapava e resistia ao poder normalizador do discurso revolucionário. O fracasso, nos três casos acima, estava em que as contingências

sufocaram, em momentos cruciais de teste da "justeza" da linha adotada para a política, o elemento de estabilidade e objetividade atribuído pela teoria à matéria social⁴. Em suma, implicaram numa crítica da leitura naturalista da história sobre a qual se assentava o projeto socialista.⁵ Nesse sentido, Gramsci foi verdadeiramente um divisor de águas. Ao transferir o *locus* da hegemonia do campo político para o "intelectual e moral", ele apontou - nos limites de sua própria formulação⁶ - para a negação do essencialismo⁷ embutido na concepção de sociedade do século passado. Ele abriu a possibilidade de questionar, a partir de sua crítica do economicismo, a leitura naturalista da história de que falamos acima. Ele abriu uma porta de entrada (até que ponto entrou por ela é outra questão) para uma lógica do contingente, da indeterminação, distante da "física social" de Comte e Marx.

Em primeiro lugar, Gramsci atribuiu uma materialidade à ideologia que a distingua de noções tão arraigadas como "sistema de idéias" e "falsa consciência". Isto permitiu, um passo a mais, questionar o esquema base X superestrutura⁸. Segundo, definindo os sujeitos políticos como vontades coletivas e não primariamente como classes, Gramsci chamou ainda a atenção para a descontinuidade entre um dado bloco histórico e uma natureza de classe correspondente, bem como para a heterogeneidade interna (posições de sujeito) de um construto como classe social. As condições "em que a teoria socialista se desenvolveu neste século foram requerendo, como indicava o próprio Gramsci⁹, intervenções cada vez mais nuançadas e contingentes em que, pouco a pouco, perdeu-se o controle de sua incidência sobre as concepções de determinação estrutural. Na medida em que as identidades sociais se demonstravam irremediavelmente instáveis, impassíveis de totalização, de "reconciliação" entre o "em si" e o "para si", diversas consequências surgiram para os discursos da política e do social. Dentre elas a erosão paulatina de uma relação necessária entre os objetivos do projeto socialista e as posições dos sujeitos sociais na esfera da produção (exemplificado nos debates sobre a aristocratização do proletariado, ou sobre sua "massificação" na sociedade de consumo, em que se apontava para a "perda" do ímpeto revolucionário, para a mudança das mãos que empunhavam a bandeira da revolução); a inexistência de pontos privilegiados para o surgimento de posturas contestatórias da ordem vigente (dramatizada pelos eventos de maio de 1968).

Em todo caso, uma "vontade coletiva" terá que ser construída, a partir de elementos díspares e nem sempre coerentes entre si. Também vale dizer que tal bloco histórico só se constituirá pelo estabelecimento de uma cadeia de equivalência entre as diferentes demandas e posições de sujeito que o compõem. Tal equivalência, no entanto, jamais consegue reduzir a diferença a um denominador comum, mas, por outro lado, contamina as fronteiras que separam uma identidade particular das demais que lhe dão reconhecimento ou a ela se opõem. Em outras palavras, equivalência não implica na eliminação do antagonismo que é constitutivo da definição de qualquer identidade: formulado da maneira mais simples, isto quer dizer que qualquer identidade só existe em função de algo que impede que a mesma se constitua inteiramente, de um outro que é ao mesmo tempo a sua condição de possibilidade e de impossibilidade.

A idéia de equivalência, bem como da irredutibilidade da diferença (que em parte remete à noção de antagonismo), é fundamental para um pensamento que se norteia pelo conceito de hegemonia. Pois não haverá hegemonia por um *fiat*, pela mera proliferação de lutas e demandas, deixadas a si mesmas, em sua particularidade radical. Sem que ocorra um processo de articulação das mesmas - ou seja, a construção de uma rede de equivalências -, no qual sua identidade se modifique em consequência do "encontro" com outras.

Ocorre que tal concepção - construtivista, se se quiser - da hegemonia bloqueia, transgride, o cálculo tático da sua variante leninista, tanto quanto o impulso homogeneizante, uniformizante de sua variante "social - democrata". Hegemonia implica num sistemático adiamento, prolongamento e deslocamento do momento final da mudança, do momento da "ruptura decisiva". Ou melhor, coloca tal momento sob o crivo de sucessivas intervenções, que buscam repor os termos do "contrato" inicial em condições outras¹⁰, mas constantemente modificando-os ou lançando para adiante sua resolução definitiva. Política de horizontes, não de fundações, a hegemonia constrói totalidades incompletas - apenas para usar uma expressão que, em sua paradoxalidade, delimita nossa distância das narrativas hegel-marxianas. Essas (in)totalidades, decorrentes da articulação de elementos que não possuem relações necessárias prévias entre si, bem como resultando em procedimentos incapazes de abraçar toda a diversidade do social, estão impedidas de se constituírem inteiramente, de se fecharem numa única racionalidade, de serem transparentes a si mesmas. O nome da experiência de realizar este sonho de unificação nos foi legado pela primeira metade deste século: totalitarismo. Hegemonia, no processo de sua definição identitária, define o campo do que lhe nega radicalmente como totalitarismo. Não se trata, como no caso de qualquer identidade, simplesmente do que lhe é externo, mas daquilo que a constitui ao mesmo tempo que a impede de recobrir toda a superfície do social.¹¹

Hegemonia, política de horizontes, é também uma forma específica de intervenção, de produção do social. Ela estará permanentemente aberta ao antagonismo e ao deslocamento resultante do processo propriamente político de sua constituição. Pois, político significa precisamente que a identidade composta decorrente de um processo de hegemonização, a identidade de um bloco histórico dado, é resultante de uma construção cuja objetividade é transpassada, de um lado para outro, de alto a baixo, de dentro a fora, pelo poder, por articulações contingentes e localizadas de sentido tendentes a tecer uma rede indefinida (mas não ilimitada) de sentido (Cf. Laclau, 1990:32-33, 60-61). Em outras palavras, a totalidade resultante de um processo hegemônico¹² nada tem de necessário ou subjacente, que lhe garanta o sucesso em função de sua correspondência com a "realidade objetiva". Ela produz o real no momento de sua articulação. Se hegemônica, ela redefine - sempre de maneira incompleta, óbvio - os limites do possível e do impossível, do dizível e do indizível, do desejado e do indesejado, etc. Ela é um produto de relações de poder. Ela não é, no sentido forte da cópula. Ela somente pode ser significada como totalidade (cf. Laclau e Mouffe, 1989: 106).

Fica, ainda, patente que o conceito de hegemonia, ou essa lógica da produção do social por ele definida, perde-se em meio a seus múltiplos lugares de elaboração. A extensão da lógica hegemônica por espaços cada vez mais vastos do social, co-condição de uma concepção democrático-radical (cf. Mouffe, 1988: 1992), prescinde de, recusa-se mesmo a aceitar, um centro unificante, seja o estado, a sociedade civil, a classe, o partido, detentor do "sentido" da história ou de algum privilégio ontológico. Tanto quanto não admite que as relações entre os diversos centros (pois não se trata de negar a categoria "centro", e sim de des-incorporá-la, no sentido lefortiano do termo, desvincular-lhe de um referente único) seja simétrica, como na poliarquia pluralista de um Dahl.

Por razões que não devemos repetir, as relações de poder implicam em assimetria, em concentrações parciais que produzem subordinação, dominação, exploração, impedindo assim que a "vontade coletiva" hegemônica seja "representante de toda a sociedade", se confunda com a "essência" do social. Antes, ela surge como tentativa de identificar tais pontos de concentração de poder e lutar por seu descentramento, sua deposição. No caso de uma prática hegemônica que bebeu no poço da tradição inconfornista do socialismo (e da rede de equivalências que o leva a solidarizar-se com outras lutas da história precedente contra a tirania, a opressão e a exploração, incluindo diversas tradições ou partes delas), tal luta visa a compatibilizar o máximo de liberdade com o máximo de igualdade possível. Utopia que se perde no infinitivo, mas que, em sua "horizontalidade" (no sentido utilizado acima) e pelas razões óbvias de que nosso mundo ainda não é assim, mantém ainda hoje a sua força.

2. O SOCIAL COMO DISCURSO

Poder-se-ia dizer que boa parte do que foi dito até aqui não faria muito (ou o menor) sentido sem o que alguns chamaram de "guinada linguística" nas ciências sociais e humanas. Nos anos 60 generalizou-se uma tentativa de transposição do modelo linguístico (especialmente em sua variante saussurreana, estruturalista) para o campo das humanidades, na suposição de que, tendo-se a Linguística como modelo, se poderia chegar a um abordagem mais rigorosa e objetiva do social. Para outros, tratava-se, de modo mais simples, de assumir as implicações desconcertantes para o positivismo reinante (inclusive de veia marxista) do fato de que estamos sempre já inseridos na linguagem e de que o mundo humano é um conjunto heterogêneo e conflitivo de interpretações e de interpretações de interpretações. Em outras palavras, enquanto uns, digamos os "estruturalistas", buscavam um outro paradigma que salvasse o objetivismo (por meio do conceito de estrutura), outros, digamos os "fenomenologistas" ou "hermenêutas", tentavam tirar as lições de que não existe acesso imediato ao real, de que estamos sempre já inseridos numa tradição, num contexto, situados, delimitados, e isto nos impede de ter acesso privilegiado - vale dizer, exterior - ao real. Curiosa essa confrontação a partir de um "mesmo" feixe de problemas, ou da descoberta de um "mesmo" fenômeno, o da linguagem¹³.

O processo não foi de mão única. Como Verón, num texto já distante, descreve:

"É mais ou menos como se o linguista, decidido finalmente a aventurar-se no domínio do social, domínio que para ele se tornou familiar, e onde pensa encontrar uma solução para os problemas semânticos que o perseguem desde sempre, se encontrasse, na fronteira, com o sociólogo que vem para o linguista e lhe diz: mas não, acabo de persuadir-me de que o segredo dos meus problemas em torno do sentido se encontra na linguagem, nos fenômenos discursivos" (1981:46).

Enquanto se manteve num jogo de apropriações mútuas (e às vezes abertas a contestação), de forma mais ou menos pragmática, procurando manter a "identidade" própria de cada disciplina ou da imagem que esta fazia de seu objeto, tal debate permaneceu relativamente circunscrito. Restava estourar os limites da mera apropriação, bem como do isolacionismo que subsistia (seja antes, seja depois dos esforços de aproximação por parte de linguistas e cientistas sociais). Restava definir um campo inter-disciplinar, em que se retirassem os parênteses (e a questão era então por quanto tempo), se afrouxassem as fronteiras dos diferentes discursos sobre o sentido do social". Claro que o termo "restava" é enganador, pois tratava-se de problematizar oposições clássicas como discurso e objetividade, ou sujeito e objeto, ou estrutura e superestrutura, etc. Operar uma série de "deslocamentos" e "condensações", para usar terminologia freudiana (cf. Freud, 1976: 383-418), de modo a criar um terreno no qual contribuições tão próximas e tão diferentes como as da epistemologia, da hermenêutica, da psicanálise, da filosofia analítica da teoria crítica, da fenomenologia, do pragmatismo, do pós-estruturalismo pudessem se encontrar e interagir.

Passada a vaga estruturalista, várias dessas correntes citadas há pouco como que "voltaram à moda". Mas isto é apenas um efeito hegemônico, o resultado de uma nova constelação na qual setores subalternos na "era do estruturalismo" recolhem os frutos de renhidas lutas simbólicas (não poucas vezes muito mais "materiais" do que se pode imaginar). Só que agora operando num terreno deslocado. Isto é, minado em seus fundamentos e certezas por uma generalizada "crise dos paradigmas", essas correntes, no entanto, ressurtem num outro contexto, articuladas em outros campos. De maneira muito genérica poderíamos dizer: num campo neo-racionalista e num outro, pós-estruturalista. Um campo que, grosso modo, aposta no aspecto consensual, argumentativo, da linguagem. É um campo que, também grosso modo, aposta no aspecto disseminativo, pluralizante, da linguagem. No primeiro campo tende a prevalecer ainda uma distinção entre um espaço "maleável", linguístico, e um espaço "duro", de validação/falsificação, extra-linguístico. No segundo campo, abandonada a distinção no que diz respeito à linguagem entre sentido e referência, pensamento e realidade, o espaço, já não do linguístico simplesmente, mas do discursivo, torna-se geral.

De acordo com esta compreensão, a distinção entre o discursivo e o extra-discursivo somente importa num contexto em que já vige o primeiro, pois é inegável que haja objetos fora do pensamento (pomo da discórdia entre realistas e idealistas), mas é insustentável que estes objetos tenham qualquer sentido fora do mundo humano do discurso. Como disseram Laclau e Mouffe, em sua resposta à crítica de Norman Geras, o termo discurso:

"... nós o utilizamos para ressaltar o fato de que toda configuração social é significante... Se eu chuto um objeto esférico na rua ou uma bola num campo de futebol, o fato físico é o mesmo, mas seu sentido é diferente. O objeto só é uma bola de futebol na medida em que estabelece um sistema de relações com outros objetos, e estas relações não estão dadas pela mera materialidade referencial dos objetos, mas são, antes, socialmente construídas. Esse conjunto de sistema de relações é o que nós chamamos de discurso"(1990:100)

Nada existe fora do discurso, neste caso, não porque o mundo é uma mera objetivação da imaginação ou da linguagem ou da subjetividade - como no idealismo - mas porque não há critérios que se coloquem para além do discurso, num lugar que, externo a todos e acessível a uns poucos apenas, seja o fundamento objetivo de toda e qualquer representação do real. Dizer que nada existe fora do discurso não significa dizer que tudo é linguagem, palavras; significa que não há como dissociar o processo de apresentação do real de processo de significação, os quais por sua vez implicam tanto em redes argumentativas quanto nas práticas concretas e nas instituições através das quais tais representações podem se tornar significativas, compartilhadas ou impostas conforme o façam por via democrática ou autocrática. Enfim, significa admitir uma aceção do termo que indica sua dinamicidade, jogo das diferenças num sistema que altera os limites de sua própria configuração: discurso¹⁴. Um ponto em comum dessas alternativas tem sido a rejeição do objetivismo e do materialismo vulgar que quase poderíamos identificar hoje com o nome do marxismo, não fora sua presença em outros discursos sobre o social de matriz positivista. É que a forte tradição do tratamento da questão do discurso como "superestrutural" no marxismo o tornou um interlocutor e um adversário privilegiado das novas correntes. Isto fica claro com Pécheux (cf. 1988; Gadet e Hak, 1990): a tese da "autonomia relativa da linguagem" no seu caso inspirada em Althusser, mas na verdade já formulada por Bakhtin nos anos 20/30, um flagrante suplemento (cf. nota 3 acima) à teoria marxista da superestrutura, será um ponto de partida para a própria rejeição da distinção base/ superestrutura, bem como da oposição pensamento/realidade (cf. Bakhtin, 1988; Verón, 1981; Laclau e Mouffe, 1990). De qualquer modo, por vias distintas, ambas enfatizam os limites do objetivismo e do subjetivismo, o que equivale a dizer também, embora de forma que não se explica na mesma proposição aos dois campos, os limites de uma concepção puramente linguística da linguagem.¹⁵

Uma outra consequência deste debate foi a re-valorização da dimensão cultural, co-extensiva do político, como constitutiva do social. Da parte de Hebermas, por exemplo, vem-nos uma crítica do "paradigma produtivista" que pensa o social através da categoria do trabalho (cf. 1987; 1990). Em Jay (1980), Bourdieu (1990) e Giddens (1984), para não citar outros, encontra-se uma afirmação (em alguns pontos problemática¹⁶) da reflexividade e da intersubjetividade com resposta à concepção soberana do sujeito (indivíduo) oriunda dos discursos burgueses. No campo pós-estruturalista, e no pós-modernista a temática da cultura se elabora como uma forma de se falar da formação de identidades coletivas, com inevitável sabor político, destacando, como insiste, o aspecto descentrado da concepção de sujeito. O próprio discurso da ciência, tornando-se reflexivo,

torna-se um caleidoscópio de múltiplas vozes. O cientista já não procura dizer o seu objeto, reduzi-lo a sua suposta visão mais objetiva, distanciada, desafetada. Agora, ele admite sua parcialidade, o pontencial articulatório de suas intervenções. Mas também sua prescindibilidade, a diminuição da distância que separa o discurso científico do do senso comum. Reflexividade que subverte os termos da distinção entre sujeito e objeto, aplica mais um golpe no já desgastado jargão da imparcialidade do discurso científico, e problematiza uma concepção de ciência cara aos projetos revolucionários dos século dezoito em diante - a ciência-vanguarda, o discurso da teoria objetiva da realidade e da história. Não existindo "interesses" naturais, essenciais entre o fazer da ciência e a luta de determinados grupos sociais, o conhecimento redefine-se como poder: doravante, será preciso negociar os "interesses" distintos de pesquisadores e pesquisados, de sujeitos do saber e sujeitos do fazer, operar um "contrato" que determine o que cada parte espera da outra e oferece à outra. O saber torna-se um campo de lutas, uma esfera de relações de poder.

Esse clima, exemplarizado nas discussões contemporâneas sobre os movimentos sociais, leva a uma notável modificação na forma pela qual a ação coletiva passa a ser elaborada (cf. Melucci, 1989; 1991; Eder, 1991). Todo um saber que começou se perguntando pelo que estaria ocorrendo por fora dos cânones da política de classe, chave hermenêutica do marxismo ortodoxo, espalhou-se por territórios desconhecidos ou mal vistos, encontrando-se em fim com noções como o social como texto (no sentido de tecedura, entrelaçamento de caminhos e fazeres, inscrições múltiplas que se constroem no processo mesmo em que o tecido vai aparecendo), o "fim" do sujeito histórico (classe universal, indivíduo soberano, etc.), crise das narrativas finalistas em política, envelhecimento da concepção cênica dos atores sociais como papéis numa trama predeterminada da história, etc. Os movimentos sociais contemporâneos ofereceram uma inestimável oportunidade para se repensar uma série de tabus dos discursos de transformação social, com sua ambiguidade e identidade fragmentária, sua ausência de "projeto" claro e abrangente de sociedade, sua ênfase na elaboração cultural, cotidiana, do espaço de sua ação. Tornaram-se, numa palavra, um signo de novos tempos (cf. Habermas, 1981; Touraine, 1981; 1988; Laclau, 1986; Malucci, 1984; 1988; Hegedus, 1989; Scott, 1990; Dalton and Kuechler, 1990).

Irrompem re-leituras da política internacional, com noções como globalização (Featherstone, 1991; Der Derian and Shapiro, 1989) e desenvolvimento desigual e combinado (Laclau e Mouffe, 1989; Laclau, 1988; 1990). Os debates sobre a questão da agência social (ou do sujeito), por sua vez, desaguam nesse campo das teorias da ação coletiva, num abandono da idéia de uma unidade essencial, prévia a qualquer construção política, do ator coletivo. Esta unidade ou identidade torna-se evanescente, temática (como quer Hegedus, 1989:26), isto é, definida a partir de uma "questão" ou "problema" que se coloca concretamente e que muda ao longo do tempo (Idem:27, 32). A própria constituição da ação social tem que ser explicada, não pressuposta.

O que a compreensão da natureza discursiva do social pretende salientar é que o domínio da objetividade não existe previamente nem externamente ao investimento discursivo (não vamos voltar aqui à querela pensamento x realidade). Trata-se, em outras, palavras, "de compreender a semiose necessariamente investida em toda forma de organização social" (Verón, 1981: 195). De destacar a inextricável historicidade de toda configuração social: tudo que é objetivo não passa de uma cristalização de um processo textual, de techedura das teias do social. Cristalização que, para ter ocorrido, conseguiu - temporariamente - expulsar a impureza de sua origem radicalmente contingente e política, pelo convencimento, pelo esquecimento ou pela repressão.

3. TRANSBORDAMENTO DO SOCIAL: PLURALIDADE, HEGEMONIA, DEMOCRACIA

Hegemonia e discurso apontaram, até aqui, para uma concepção que entende o social como construção política, como dis-curso, como texto. Na verdade, com Lefort e Laclau se pode dizer que o político é o "nome" dessa dimensão originária de todo arranjo histórico. Naturalmente, não se pode supor uma positividade para tal origem, uma vez que se constitui como ordem (ou como forma no sentido lefortiano), está sempre por fazer-se/desfazer-se, nunca está presa a uma definição. Originário, sim, original, não, o político é o terreno da ambiguidade, da contingência do poder, da heterogeneidade. Mas isto também quer dizer que o político nunca será erradicado, seja pela realização da "utopia" seja pelo alcance de plena racionalidade pelos sujeitos sociais.

O político - terreno no qual esta intervenção específica que chamamos de hegemonia tem lugar - não se delimita espacialmente. Ele implica na própria obliteração da noção de espaço, na medida em que esta se entenda como fronteiras, uma porção delimitada. Em toda parte, ou em qualquer ponto, a possibilidade existe de que o político se dê. Não podemos escapar à luta para fincar pontos de referência, marcas e limites - isto é, em termo genéricos, o que quer dizer "política" - mas não podemos, igualmente, deixar de experimentar o transbordamento das margens do social, o estreitamento (definível de modo distinto em cada caso) dos diques pelos quais se pretende conter o que permanece de fora dos arranjos e negociações históricos. Mas ainda, essa experiência dupla de contenção/transbordamento, é característica de uma forma de produção social que chamamos democrática.

A democracia - ou o que Tocqueville chamou de "revolução democrática" - instaura um modo de organização social em que o lugar do poder, como Lefort reiteradamente insistia, foi tornado vazio, desincorporado da pessoa do rei e posto nas mãos do povo, que por sua vez jamais pode ocupá-lo fisicamente. Nem ninguém mais, pois os representantes, o que são senão passageiros ocupantes de um posto? Incorporação seria já o fim da democracia. E isto está sempre a ponto de acontecer, rondando e espreitando este indefeso construto: a democracia é frágil naquilo em que mais se ressalta sua força. Não nos desviemos, no entanto. Como modo de organização do social, a democracia apela para significantes de participação, de igualdade e de liberdade, tanto quanto

para a necessidade de uma aquiescência firme às regras do jogo. Isto significa entre outras coisas que qualquer projeto político é, desde que mantida a democracia, em princípio, reversível e/ou substituível; que o estágio final de uma "sociedade democrática" é inatingível, devendo-se falar antes de democratização; que os processos pelos quais a mudança se dá e se sanciona estão mais ou menos previstos no contexto de uma institucionalidade, de modo que o "novo" não resulta de cataclismas sociais e políticos que ponham em xeque os termos do acordo democrático; que se estende ao maior número de lugares possíveis do social, a democracia pode permitir a realização de algumas das aspirações do projeto socialista, sem compartilhar dos mesmo problemas deste último.

Ora, pode-se ver como, por um lado, isto ressalta os limites da democracia, sua fragilidade (sua susceptibilidade a ser negada a partir de dentro das próprias instituições que produz) bem como seus mecanismos de exclusão (do que seria anti-democrático, ou do que não seria o "tipo" de democracia hegemônica num momento dado). E, por outro lado, torna a democracia uma alternativa indispensável num contexto de reconhecimento da crise de que falamos no início, da razão iluminista (em suas vertentes reacionária, autoritária ou revolucionária) das representações estabilizantes, uniformizantes e essencialistas do social, etc.

Independentemente dos espaços-tempo vigentes em sociedades específicas, hoje em dia, o imaginário democrático (e seu "novo"outro, o fundamentalismo) tem penetrado as lutas sociais e políticas, apontando os limites das concepções liberal e tecnocráticas da democracia. Não apenas isso, mas o processo de globalização dissolve estágios, articula - e violenta - elementos de temporalidades e "condições de existência" distintas, enxertando os "contextos originais" em novas situações que os repetem no mesmo momento em que lhes dão outros significados. Isso torna extremamente complexo o reconhecimento das "especificidades", uma vez que não basta mais apontar, como nas teorias da modernização, para o fosso entre o avanço sócio-político e o atraso material. Em questão está o próprio significado desta duas últimas noções. Um dos elementos que une esta configuração social que apela insistentemente para o signficante "democracia" ao que se tem dito e escrito sobre a "pós-modernidade" é que a "modernidade" de atores sociais, formas de ação, agendas temáticas, não se vê impedida de emergir por restrições, limites ou objeções de ordem material, institucional, de linha política, e assim por diante. Antes os dois contextos, do avanço e do atraso, se misturam nesses novos discursos da democracia, dramatizando-a como horizonte da mudança.

Não se deve concluir, entretanto, pela monossímia do imaginário democrático. Não há qualquer sentido que se imponha, senão por meio de articulações hegemônicas, num contexto democratizante¹⁷. Por outro lado, se a democracia tem sido capaz de apelar para tão diferentes aspirações e projetos, tão descontraídas definições e práticas sociais, é porque ela é um signficante flutuante, "vazio"(cf. Zizek, 1991:87-100), continuamente sujeito a tentativas de "preenchimentos"de hegemonização. Se os sujeitos sociais não se desesperam, não são paralizados, por tal "indefinição" do que é democracia, de qual é o jogo da democracia, é provavelmente porque não vivemos propriamente o "fim do mundo" "o fim da história", "o fim do

sujeito", mas uma situação em que percebemos que queremos viver e para isso é preciso decidir . E assumir as consequências previsíveis e imprevisíveis destas decisões. Também isso faz parte do charme da democracia e de sua graça, a hegemonia.

4. BIBLIOGRAFIA

- BAKHTIN, Mikhail. 1988. Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. São Paulo, Cultrix.
- BOURDIEU, Pierre. 1990. In Other Words: Essays Towards a Reflexive Sociology . Cambridge, Polity/Brasil Blackwell.
- CARONTINI, E. e PERAYA, D. 1979. O Projeto Semiótico: Elementos de Semiótica Geral. São Paulo, Cultrix/Ed. USP.
- DALTON, Russell e KUECHLER, Manfred (eds.) . 1990. Challenging the Political Order - New Social and Political Movements in Western Democracies. New York, Orford University.
- DER DERIAN, James e SHAPIRO, Michael J. (eds.). 1989. International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics. Lexington, Mass./ Toronto, Lexington Books.
- DERRIDA, Jacques. 1976. Of Grammatology . Baltimore/London, The Johns Hopkins University.
- , 1981. Positions . London, The Athlone.
- 1982. Margins of Philosophy. New York/ London, Harvester Wheatsheaf.
- EDER, Klaus. 1991. "Au delà du sujet historique: vers une construction théorique des acteurs collectifs", L' Homme et la Société, vol. XXV, nº 101.
- FEATHERSTONE, Mike (ed). 1991. Global Culture: Nationalism globalization and modernity . London, SAGE.
- FREUD, Sigmund. 1976. The Interpretation of Dreams. Harmonswoth, Penguin Books.
- GADET, F. e HAK, T. (eds). 1990. Por uma Análise Automática do Discurso: uma Introdução à Obra de Michel Pécheux. Campinas, Ed. Unicamp.
- GIDDENS, Anthony. 1984. The Constitution of Society . Cambridge, Cambridge University of society.
- GREIMAS, Algirdas e LANDOWSKI, Eric. 1986. Análise do Discurso em Ciências Sociais. São Paulo, Global.
- HABERMAS, Jurgen. 1981. "New Social Movements", Telos, nº. 49.
- , 1984. The Theory of Communicative Action . Boston, Beacon, vol 1.

-
- _____. 1987, The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures. Cambridge. Mass, MIT.
-
- _____. 1990. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense.
- HEGEDUS, Zsuzsa. 1989. "Social Movements and Social Change in Self-Creative Society: New Civil Initiatives in the International Arena", International Sociology, vol. 4, n° 1, março.
- JAY, Martin. 1988. Fin - de - Siècle Socialism. New York\ London, Routledge.
- LACLAU, Ernesto. 1986. "Os Novos Movimentos Sociais e a Pluralidade do Social", Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1, n° 2, outubro.
- _____. 1988. "Politics and the Limits of Modernity", in ROSS, Andrew (ed) Universal Abandon? The Politics of Postmodernism. Edinburgh, Edinburgh University.
- _____. 1990. "New Reflections on the Revolution of Our Time". in New Reflections on the Revolution of Our Time. London, Verso.
- _____. 1991. Power and Representation. Trabalho apresentado no Seminário Ideology and Discourse Analysis, University of Essex. Colchester, mimeo, março.
- _____. and MOUFFE, Chantal. 1989. Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics. London, Verso.
- _____. 1990. "Post-Marxism Without Apologies", in Laclau, E. New Reflections on the Revolution of Our Time. London, Verso.
- LEFFORT, Claude. 1988. Democracy and Political Theory. Cambridge, Polity.
- MELUCCI, Alberto, 1984. "An End to the Social Movements?", Social Science Information. vol. 23, n° 415.
- _____. 1988. Social Movements and the Democratization of Everyday Life" in KEANE, John (ed.) Civil Society and the State. London, Verso.
- _____. 1989. Nomads of the Present. Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society (ed. por John Keane e Paul Mier). London, Hutchinson Radius.
- _____. 1991. Liberation and Meaning: Social Movements, Culture and Democracy. Trabalho apresentado no Workshop "Rethinking Emancipation - Concepts of Liberation", Haia, Instituto de Estudos Sociais, mimeo.

- MOUFFE, Chantal. 1988. "Radical Democracy: Modern or Postmodern?", ROSS, Andrew (ed) Universal Abandon? The Politics of Postmodernism. Edinburgh, Edinburgh University.
- _____. (ed) . 1992. Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community London, Verso
- PECHEUX, Michel, 1988. Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas, ED. Unicamp.
- RICOEUR, Paul. 1975. Hermenêutica y Estructuralismo , Buenos Aires, Megapolis.
- _____. 1976. Interpretation Theory: Discourse and the Surplus of Meaning. Fort Worth, The Texas Christian University.
- ROBIN, Regine. 1977. História e Linguística. São Paulo, Cultrix.
- SCOTT, Alan. 1990. Ideology and the New Social Movements. Unwin Hyman.
- TOURAINE, Alain, 1981, The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements Cambridge, Cambridge University.
- _____. 1988. La Parole et le Sang: Politique et Société en Amérique Latine. Paris, Odile Jacob.
- VATTIMO, Gianni, 1988. The End of Modernity: Nihilism and Hermeneutics in Post-modern Culture. Cambridge, Polity.
- ZIZEK, Slavoj. 1991. The Sublime Object of Ideology. London, Verso.

NOTAS

- 1 - Uma das citações de Nietzsche que aparecem em Jay é "A vida não mais se encontra no todo. A palavra torna-se soberana e salta para fora da frase, a frase estende-se e obscurece o sentido da página, a página ganha vida às expensas do todo. Mas isto é símile de todo estilo de decadência: todo o tempo, a anarquia dos átomos, desagregação da vontade" (in Jay, 1988: 2). Este trecho aponta, ao mesmo tempo, para o elemento de dissolução de limites e fronteiras na "representação" do real e para a importância do que chamaremos adiante de "guinada lingüística" nas mudanças ocorridas na teoria social e política contemporânea (que não vem de hoje, mas já se anunciava, sem maiores reconhecimentos de suas implicações radicais, desde os anos 60).
- 2- Nos parágrafos que seguem leio e me deixo falar por entre as palavras e linhas do texto de Laclau e Mouffe (1989). Cada repetição, no entanto, corresponde a uma possível modificação, "distorção", do argumento ali encontrado, de modo que não posso escapar a dizer que trata-se de uma "leitura", no sentido que a teoria semiótica atribui a este termo.
- 3- A própria tentativa de definir a hegemonia como acidente do determinismo econômico já apontava para a dificuldade da tarefa, pois suplemento implica não somente num acréscimo mas também numa substituição, como nos lembra Derrida (1976: 144-45), de forma que a distância entre os dois sentidos impunha um processo de "negociação" teórica e prática que já expressava o princípio operacional de uma lógica hegemônica.
- 4- Usamos esta expressão num sentido bastante amplo, que inclui um espectro de prática social, discursos, e instituições, e suas múltiplas formas (culturais, políticas, econômicas, religiosas, etc.) de investimento, in-corporação, articulação. O caráter "magnético", disseminativo, de tal matéria - como já chamavam a atenção pensadores como Castoriadis, Deleuze, Guattari, e outros - rompe com concepções puramente "materialistas" do social, bem como a própria polarização entre materialismo e idealismo.
- 5- Essa expressão é utilizada por Lefort, em sua leitura do Manifesto Comunista, quando afirma "A fala revolucionária é tão natural quanto a ação revolucionária; ambas estão envolvidas numa história natural". E indaga: "Uma história natural? Ela é na verdade um processo cujas leis de desenvolvimento podem ser conhecidas, mas o conhecimento é parte do próprio processo, e suas leis dão conta do fato de que este se torna inteligível neste momento da história" (1988: 156). Assim, a "autoria" dos comunistas com a realidade cristalina, transparente (a eles, diga-se de passagem) da história os faria ver o que esteve "sempre lá", "essencialmente", apenas oculto ao olhar mascarado (r), ideológico, da burguesia. O proletariado, sendo o espírito da revolução e sua garantia, no entender do Manifesto, apesar de ter que ser "despertado" do seu sono pela enunciação de suas tarefas históricas, do que lhe compete fazer, se reconheceria nelas à medida que a propaganda e as condições objetivas do desenvolvimento do capitalismo o obrigava a tanto. Compreende-se, nesse sentido, porque falar-se de concepção naturalista da história: desenvolvendo-se as leis, do desenvolvimento histórico, com a precisão das leis naturais, trata-se-ia tão somente de aliar a "espera" pelo amadurecimento das condições objetivas à "vigilância" para não perder o momento da identificação. O lugar ou antes, os lugares do autor, fora da concepção cênica ("entrada no palco" e encenação de "papeis") que informava tal concepção, virtualmente inexistia. Neste sentido, o conceito de hegemonia também introduzia o desconcertante momento do autor (ou do sujeito) numa teoria da "mudança natural".
- 6- Pois é hoje notório que Gramsci ainda se movia no interior de uma problemática para cuja subversão seu discurso apontava, mas também que deixava traços significativos. Por exemplo, permanecia a idéia, contrária a uma concepção democrática da hegemonia, de que caberia ao proletariado, como classe fundamental, a direção do processo sob a mediação do seu partido. Como compatibilizar esta visão com a idéia hoje quase banalizada de que o Partido Comunista - como forma de tal empreendimento - jamais conseguiu se transformar no desaguadouro de várias políticas localizadas e centrifugas em relação à política de classe, sem falar da dificuldade de sobrevivência dos movimentos dissidentes em todos os quadrantes em que o socialismo se instaurou politicamente - eis a questão que permaneceu irrespondida em Gramsci.
- 7- Essencialismo designa, aqui, uma postura identificada com a centralidade da questão das origens, da fundação, como momento no qual, expressas ou potenciadas, todas as características, bem como a posição específica, de um dado elemento (um "ser"), estão dadas, cabendo apenas "contextualizações" posteriores. Tal origem se constituiria, assim, num irradiador de sentido, garantindo a identidade de tal elemento no interior de um sistema de desenvolvimento histórico-estrutural. Desnecessário dizer que, na filosofia da história correspondente, a questão das origens alia-se à questão do fim, visto que a vindicação do ser

sobre os "acidentes" através dos quais aparece, se expressa, é a sua soberana afirmação num defeito escatológico: o fim anuncia o retorno das origens, a reconciliação de ser consigo mesmo.

Tal postura, no nomo entender não somente se encontra fortemente enraizada na tradição ocidental (tanto "antiga" como "moderna") - e, portanto, não podemos simplesmente nos subtrair a ela e sim explorar-lhe os limites, fazer violência às suas fronteiras - como dificulta a articulação de uma concepção democrática do social.

8- Na mesma época talvez somente Bakhtin (Voloshinov), na tradição marxista, seguiu caminho semelhante (obviamente procedemos, por razões de economia argumentativa, por hipótese aqui. "Gramsci" e "Bakhtin" são apenas significantes de anónimas recusas, dúvidas, resistências ao esquema estéril da "doutrina marxista-leninista" em voga nos anos 20-30).

9- Por exemplo, em suas reflexões sobre a diferença a ser assumida pela revolução socialista em sociedades ocidentais por oposição às orientais, tendo como pedra de toque a questão da consistência e complexidade da "sociedade civil" nos dois casos.

10- Isto é, de insatisfação de elementos pertencentes ao "bloco histórico", isto é, ao discurso hegemônico; reação de atores deslocados ou não incluídos na rede de equivalência à nova configuração social; ou surgimento de novos atores e/ou novas questões em decorrência de um momento anterior de articulação hegemônica.

11- Para uma lista incompleta de referência a partir das quais elaboramos esse ponto, ver Lefort, 1988:11-12, passim; Derrida, 1982: 3-27; Žizek, 1991:87-149; Laclau, 1990: 11-12, 17-18,27-31,34-35;1991; Vattimo,1988.

12- O qual, diga-se desde logo, não tem que ser necessariamente de esquerda ou progressista, não tem que nos agradar para poder ser identificado como tal. Apenas aqui pretendo reservar, por questões políticas, o uso do termo "hegemônico" (sem qualquer garantia de que outros, leitores ou não deste argumento, pensem ou façam o mesmo) para o tipo de hegemonia que descrevo como democrática. Ou melhor, que pretendo identificar com, ou equivaler a, o significant "democracia".

13- Uma pequena bibliografia deste percurso poderia ser indicado aqui: Robin, 1977; Ricoeur, 1975; 1976; Carotini e Peraya, 1979; Verbu, 1981; Derrida, 1976; 1981; Greimas e Landowski, 1986; Pêcheux, 1988; Gadet e Hak, 1990.

14- Cf a respeito deste debate Laclau e Mouffe, 1989: 107-13; 1990:100-12; Laclau, 1988: 67-72, Derrida, 1981:61-67; 1976:27-73.

15- Se as relações entre os diversos elementos da estrutura, para falar a partir do modelo linguístico - especialmente o saussureano - são inteiramente arbitrária, isto é, não necessárias, não há como estabelecer, como gostaria o estruturalismo, os limites da estrutura. Mais: não há garantia de que um mesmo princípio, ou "racionalidade", informe todas as relações, ou que esgote as possibilidades de relacionamento dos elementos. As fronteiras da estrutura, portanto, serão, a todo momento, o resultado de atos de decisão. Por sua vez, tais decisões não podem invocar qualquer fundamento inamovível, objetivo, senão os motivos e os procedimentos pelos quais vieram a ser tomadas. Sua contingência priva a estrutura de "naturalizar-se", isto é, esconder ou suprimir indefinidamente sua historicidade. Como já dissemos anteriormente, em outro contexto, o que constitui o nexo entre os elementos da estrutura não é uma essência, mas relações de poder constituídas e exercidas historicamente. Deparamo-nos, então via noção de decisão, com a questão do político. O que exprime a dificuldade, senão a impossibilidade de receber a linguagem como estrutura-padrão do discurso sobre o social, de reduzir o discurso a um momento puramente linguístico.

16- Especialmente em Giddens, como em Habermas, a despeito de todo o refinamento, essa defesa da reflexividade e da intersubjetividade ainda se funda, no meu entender, num modelo acionalista para o qual os indivíduos trazem uma identidade previamente constituída para o processo de argumentação. Ademais, insistem na distensão entre discursivo e extra-discursivo que, a meu ver, só se compreende se se torna a linguagem em sua concepção puramente linguística, perdendo-se de vista as práticas através das quais a significação se produz.

17- Quero insistir no termo "democratizante" aqui, porque estou convencido de que a "globalização" da revolução democrática não exige como condição para a existência desses processos de articulação hegemônica, a solidez e inquestionabilidade de instituições democráticas. Antes, num passado autoritário, foi em nome da democracia que a (i)legitimidade de processos decisórios, políticas públicas e formas de tratamento de demandas "de baixo" foi contestada. Foi em nome da democracia, a seguir, que se insistiu na determinação de regras claras, transparentes e participativas de gestão do espaço público. Foi

em nome da democracia que instituições específicas da sociedade civil sofreriam pressões de grupos subalternos por maior espaço e oportunidades de poder simbólico e real no seu interior. Foi em nome da democracia que qualquer forma de autoridade, enfim, só se pudesse legitimar em cima de um consenso mínimo decorrente do respeito a regras do jogo minimamente discutidas, deliberadas e postas em execução. Não entendo, dito tudo isto, de outra forma o sentido de hegemonia, senão como efetivação desses reclamos "substantivos" e "formais" feitos em nome da democracia. Donde hegemonização não pressupor já existência da democracia, mas sim, expressar a operação de um processo de democratização, em que a legitimidade é dada pela equivalência/consenso/ articulação de diversos discursos sociais.